

PORQUÊ O TERMO LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA?

Helena Carmo

Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde, Portugal
ORCID ID 0000-0003-4885-0760
hccarmo@gmail.com

Maria José Freire

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Portugal
ORCID ID 0000-0002-5619-3070
maria.jose.freire@ese.ips.pt

Paulo Vaz de Carvalho

Universidade Católica Portuguesa, Instituto Ciências da Saúde;
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Portugal
ORCID ID 0000-0001-5345-3896
pcjanas.vazdecarvalho@gmail.com

RESUMO:

Língua Gestual Portuguesa é o termo utilizado pela Comunidade Surda para se referir à sua língua preferencial de comunicação (Amaral 1994). Este termo também tem sido utilizado por toda a comunidade académica e científica que investiga esta língua desde o final da década de 70 do século XX (Prata 1980). Recentemente, o uso deste termo foi colocado em questão num artigo de Correia (2020), em que a autora defende que este não será o termo adequado para nomear a língua em questão, propondo “Língua de Sinais Portuguesa” como o termo correto, evocando para o efeito razões históricas e linguísticas. Consideramos, ao contrário da autora supracitada, que o termo adequado para denominar a língua utilizada pela Comunidade Surda¹ Portuguesa é efetivamente “Língua Gestual Portuguesa”. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo justificar a correção do uso do termo “Língua Gestual Portuguesa” tendo por base as perspetivas histórica, linguística,

¹ Utilizamos o termo Comunidade Surda e Surdo com letras iniciais maiúsculas quando nos referimos a um conjunto de pessoas surdas que utiliza a Língua Gestual como forma preferencial de comunicação e partilha da Cultura Surda.

sociocultural e legislativa, esperando assim contribuir para uma discussão científica, alicerçada em bases sustentadas, através da crítica hermenêutica de fontes primárias, mas também tendo em conta o sentimento que o termo encerra para a comunidade que a usa, nos seus níveis cultural, linguístico, identitário e legal.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Surda; Cultura Surda; História; Língua Gestual Portuguesa; Linguística; Terminologia.

1. Introdução

A origem das línguas gestuais é, ainda hoje em dia, tema de debate e investigação em todo o mundo. Várias hipóteses têm sido lançadas, desde a existência de comunicação gestual na aurora da humanidade em que os hominídeos ainda não possuíam a capacidade de desenvolver uma língua oral estruturada (Kendon 2016), passando pela criação destas línguas dentro dos mosteiros que faziam voto de silêncio e que mais tarde receberam crianças surdas (de Chaves & Soler 1974), até à hipótese, que consiste no facto de que quando se juntam duas ou mais pessoas surdas, surgem naturalmente formas de comunicação gestual. Possivelmente terão sido as três hipóteses que originaram as línguas gestuais. Em quase todos os países do mundo, foi a criação dos primeiros institutos de surdos a partir do final do século XVIII que levou à formação das primeiras comunidades de Surdos. No entanto, no caso de França, segundo Desloges (1779) já existia uma comunidade surda em Paris que comunicava gestualmente através da antiga *Langue des Signes Française* (LSF) antes da abertura da primeira escola de Surdos pelo Abade de L'Épée.

Os Surdos nunca tiveram necessidade de atribuir um nome à sua língua quando a ela se referiam informalmente usando as suas línguas gestuais, já que o gesto para exprimir *língua gestual* é igual em todo o mundo. Apenas quando começaram a surgir os primeiros documentos escritos sobre a educação de surdos e as línguas gestuais surgiu a necessidade de atribuir um nome a estas línguas (Desloges 1779; Deschamps 1773; L'Épée 1789). Nos séculos XVIII e XIX vários foram os termos utilizados que podemos encontrar nos documentos originais, desde “Mímica” (Borg 1828; Bébian 1925), “Gestos” (Borg 1828), “Signaes” (Borg 1828), “Pantomima” (Borg 1828; Bébian 1825). A maioria dessas obras, originalmente escritas em francês, foram traduzidas para outras línguas principalmente por mestres de Surdos, o que deu origem à cunhagem de vocábulos que poderão ser hoje discutíveis e que produziram diferentes traduções para designar as línguas gestuais de cada país e que tem levado a reflexões mais aprofundadas. É no âmbito dessas reflexões que surge o presente artigo que tem como objetivo expor as razões pelas quais Portugal optou pela designação de Língua Gestual Portuguesa para identificar a língua utilizada pela Comunidade Surda Portuguesa.

O presente artigo está dividido em quatro partes. A primeira parte aborda a perspetiva histórica para o uso do termo “Língua Gestual Portuguesa”, a segunda parte aborda a perspetiva do ponto de vista da linguística, a terceira parte aborda a perspetiva sociocultural e as questões legislativas que implicam o uso do termo. Na quarta parte apresentamos as considerações finais.

2. Perspetiva histórica para o uso do termo LGP

Ao contrário do que se supõe, as línguas gestuais não surgiram com a fundação dos primeiros institutos de surdos no século XVIII e XIX. As línguas gestuais emergiram muito antes e, possivelmente, terão sempre existido a partir do momento em que duas ou mais pessoas surdas se encontraram e começaram a estabelecer formas de comunicação entre si. Os principais Institutos de Surdos fundados neste período, como o Instituto de Surdos-Mudos de Paris (1789), o Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Portugal (1823), o Instituto Nacional de Educação de Surdos do Brasil (1856), a Escola Americana para Surdos de Hartford dos Estados Unidos da América (1817), entre outros, permitiram sim que muitas pessoas surdas se reunissem e permanecessem num mesmo espaço, onde desenvolveram e regularam a sua forma de comunicação visual - as línguas gestuais.

A primeira escola pública para surdos foi fundada em 1760 em Paris por iniciativa do Abade de L'Épée, que ao contactar com duas meninas gémeas surdas percebeu que elas dispunham de uma forma de comunicação visual elaborada e que esse tipo de comunicação poderia ser utilizado na educação das crianças surdas, independentemente da classe social de cada um. A escola que o Abade fundou com o seu próprio investimento veio mais tarde a ser subsidiada pelo monarca francês Luís XVI e deu origem ao Instituto de Surdos-Mudos de Paris. Lá foi desenvolvido um método de ensino de surdos intitulado “*Signes Méthodiques*” (Signos Metódicos)² que partia do reconhecimento de que as pessoas surdas dispunham de uma forma de comunicação elaborada, mas cujo grande objetivo era o ensino da língua francesa escrita e oral (L'Épée 1776; L'Épée e Sicard 1820)³. Não encontramos fontes que nos confirmem que a *Langue des Signes Française* (LSF)

² Traduzimos “signes” para português como “signos” e não “sinais” pois “sinais” traduzido para francês é “signaux”.

³ A obra “L'Art d'enseigner a parler aux sourds-muets de naissance” foi escrito pelo Abade de L'Épée e depois ampliado e publicado pelo Abade Sicard em 1820.

tenha sido ensinada formalmente no Instituto de Paris. L'Épée publicou o seu método na obra *Institution des sourds et muets par la voie des signes méthodiques* (L'Épée 1776) que ampliou na obra *La véritable manière d'instruire les sourds et muets, confirmée par une longue expérience* (L'Épée 1784). Este método de ensino veio a ficar conhecido por gestualismo, por oposição ao método oralista desenvolvido pelo alemão Samuel Heinicke. O método dos “*Signes Méthodiques*” foi depois desenvolvido e aprimorado pelo sucessor de L'Épée, o Abade Sicard, enquanto diretor do Instituto de surdos francês (1789). Os resultados do sucesso deste método foram evidentes no tempo de Sicard, que formou os dois primeiros professores Surdos da História, Jean Massieu e Laurent Clerc, que dominavam várias línguas escritas.

Podemos constatar que, neste período da fundação dos primeiros institutos de surdos, o grande objetivo era o ensino da escrita através de um método assente no alfabeto manual e na criação de gestos convencionados. Estes gestos eram cunhagens de palavras escritas necessárias ao ensino da escrita e de palavras que não existiam de forma visível na LSF, como as preposições, os artigos, e/ou as conjunções e terminações verbais. Desta forma podemos verificar que, dentro das salas de aulas, era utilizado um método de ensino e não uma língua natural e que, por essa razão, o próprio abade de L'Épée intitulou as suas obras de “*Signes Méthodiques*”.

Todavia, a língua gestual natural⁴ existia nestes primeiros institutos, mas fora das salas de aula. Era a língua de comunicação entre os alunos surdos, e entre estes alunos e os professores e funcionários Surdos dos institutos. Nas fontes primárias do século XVIII e XIX sobre educação de surdos (L'Épée 1784; Bébien 1825, 1827; Borg 1828; Costa 1874) diversas vezes vemos referências a esta língua como “*Mímica*” como tentativa de a diferenciar do método de ensino da sala de aula. Esta língua natural dos Surdos foi estudada e descrita pela primeira vez por um professor do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, Roch-Ambroise Bébien, neto do Abade Sicard, que conhecia e dominava esta língua. Bébien em 1822 publica a obra *Mimographie*. Nesta obra, descreve três dos parâmetros fonológicos⁵ da língua

⁴ Definimos como língua natural a língua que, neste caso, a criança surda adquire sem esforço e através da interação.

⁵ O termo fonológico parte de um acordo entre os linguistas das Línguas Gestuais (referências) para os elementos mínimos do gesto (configuração da mão, movimento, local de articulação, orientação da mão e expressão não manual). Stokoe (1960), adota o termo querologia, todavia a expressão não manual não se insere neste termo.

gestual natural. Consideramos que esta noção de diferenciar o método dos signos da língua natural ou mímica estava bem patente na ideia de Bébian e, por essa razão, intitula a sua obra de *Mimograhie* e não “*Signographie*” o que aconteceria caso se tratasse da mesma forma de comunicação.

O modelo de escola do Instituto de Surdos-Mudos de Paris vai expandir-se durante todo o século XIX pelos continentes europeu e americano, muito devido às sessões públicas promovidas pelo Abade Sicard e às quais assistiram Reis, Imperadores e filósofos que, ao regressarem aos seus países, fundaram Institutos de Surdos semelhantes ao de Paris. Também Portugal veio a sofrer influências do Instituto de Paris através do professor sueco Pär Aron Borg, contratado pelo Rei D. João VI para fundar o Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos em Lisboa, com a mesma estrutura do Instituto de Cegos e Surdos-Mudos que já tinha fundado no seu país de origem em 1809.

Segundo Erikson (1993), Pär Aron Borg terá sido inspirado para se dedicar à educação de crianças surdas através de um teatro que circulava em toda a Europa, escrito por Bouilly (1799), levando-o a ler as obras de L'Épée e de Sicard e a ser influenciado pelos seus métodos de ensino de surdos. Tal como os mestres franceses, Borg desenvolveu o seu método com o objetivo de ensinar a escrita e a oralidade através do uso do alfabeto manual, que criou para o efeito, e de gestos cunhados a partir de palavras escritas, aos quais chamou nos documentos escritos que deixou ora “signaes”, ora “gestos” (Borg 1828).

Tal como no Instituto de Paris, existia o método de ensino dentro da sala de aula e existia a língua natural dos Surdos que circulava nos corredores do Instituto português de Borg entre as crianças e os jovens surdos. Num excerto de um documento que Borg nos deixou, está patente que o professor sueco não tinha a noção clara do que eram as línguas naturais das pessoas surdas já que reclama ter inventado uma Língua Gestual universal:

5º O ignorar a língua portuguesa nenhum obstáculo causa, porque tenho uma gramática aplicável a todas as línguas (...) ademais tendo conhecimento além do método dos signaes com o qual sei entender-me com os surdos-mudos ⁶de todos os países, tenho conhecimentos da língua latina e italiana. (Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos do Palácio Conde de Mesquitela/Casa Pia de Lisboa, 1821-1822)⁷.

⁶ Termo usado pelos autores dos séculos XVIII e XIX e que hoje se considera errado.

⁷ Manhem, 1 de Setembro de 1822, assinado Pär Aron Borg.

Borg acreditava que através do seu método conseguiria comunicar com Surdos em todo o mundo, não tendo então a noção da diversidade de línguas gestuais naturais existentes nas comunidades surdas. Nos documentos que nos deixou, nunca se refere ao seu método como uma língua, mas sim como um sistema ou um método (Borg 1828).

Em 1828, Pär Aron Borg deixa a direção do Instituto regressando ao seu país, ficando à frente dos destinos do Instituto o seu irmão Joham Borg. Este veio a falecer pouco tempo depois, ficando a direção do instituto a cargo do terceiro professor e repetidor⁸, o português José Crispim da Cunha. Em 1834, o instituto é integrado na Casa Pia de Lisboa e segundo Crispim da Cunha (1835) o método de Borg praticamente desaparece. Em 1860 o ensino de surdos na Casa Pia de Lisboa é oficialmente decretado extinto (Santos 1918), embora muitas crianças surdas se tivessem mantido na instituição (Lourenço 1956).

A partir deste período surgiram no nosso país algumas iniciativas particulares de criação de classes e colégios para surdos, entre os quais destacamos o Colégio de Surdos-Mudos de Guimarães fundado pelo Padre Pedro Maria Aguilar. Conhecemos o trabalho do Padre Aguilar através das publicações de Anicet Fussilier (1893) e António da Costa (1874) e de notícias em jornais da época (*O Ocidente*, 1879), já que Aguilar nunca publicou o seu trabalho.

O Padre Aguilar, à semelhança dos seus antecessores, tinha como grande objetivo o ensino da escrita e terá desenvolvido um método de ensino semelhante ao do Abade de L'Épée, e Costa (1874) ao descrever o método utilizado pelo padre usou também o termo “signaes” umas vezes, e o termo “mímica” outras vezes.

[...] “nunca lhes foram impostos os signaes pelos dedos” [...]

[...] “não é o professor que decreta a linguagem mímica” [...]

[...] “principiou a sessão conversando por mímica, a professora com eles e eles uns com os outros” [...] (Costa 1874, 42).

⁸ O repetidor era normalmente o segundo ou terceiro professor que repetia as lições do primeiro professor numa outra aula e servia como reforço de aprendizagem. Em particular na educação de surdos, o repetidor era conhecedor da Língua Gestual dos alunos surdos como no caso de Crispim da Cunha em Portugal e de Bébian em França.

Como não encontramos até à data qualquer documento escrito pelo padre Aguilar, não sabemos que termo utilizava para nomear a língua de comunicação dos seus alunos Surdos.

Assim, após esta breve resenha histórica da situação educativa e comunicacional vivida no Instituto francês, no Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa e no colégio de Guimarães durante o século XIX, podemos concluir o seguinte:

- A língua natural dos Surdos não era utilizada na sala de aula, mas sim nos recreios, nos refeitórios e em situações informais entre os alunos e entre os professores e funcionários Surdos.
- O método dos signaes não era uma língua natural e sim um método de ensino que tinha como objetivo final o ensino da escrita e da oralidade.
- Terão sido as línguas gestuais naturais que existiam fora das salas de aula que terão dado origem às línguas gestuais naturais que hoje conhecemos, e não os signaes metódicos, não fazendo por isso, a nosso ver, sentido efetuar uma ligação entre signaes e o termo sinais, agora proposto, para definir uma língua gestual natural.
- O termo Signaes foi assim cunhado dos documentos franceses para português e surgem nos textos de Borg que os escrevia em francês (língua franca da época) e posteriormente traduzidos para português em que *Signes* poderá ter dado origem ao termo Signaes.



Figura 1. Esquema dos métodos e línguas usadas nos institutos de Surdos no século XIX

Em 1905 e, como consequência do Congresso de Milão de 1880⁹, é introduzido em Portugal o método oral puro por Nicolau Pavão de Sousa, professor do Instituto Araújo Porto e depois da Casa Pia de Lisboa, que se especializou em França numa época em que os métodos de ensino oral já estavam estabelecidos no Instituto de Surdos-Mudos de Paris desde 1835.

Iniciava-se assim o período oralista¹⁰ de ensino de surdos que se impôs até à década de 80 do século XX. Durante este período e até 1974 não encontramos qualquer referência sobre a comunicação gestual das pessoas Surdas.

É então na década de 70 do século XX que na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Laboratório de Fonética, surgem as primeiras investigações de cariz académico sobre a língua gestual da Comunidade Surda portuguesa. Iremos abordar este período na secção seguinte intitulada: Perspetiva linguística.

3. Perspetiva Linguística para o uso do termo LGP

Em relação à perspetiva linguística do termo LGP iremos, em primeiro lugar, abordar a questão da tradução dos termos utilizados para nomear algumas línguas gestuais estrangeiras, já que muitos documentos sobre as línguas gestuais foram traduzidos a partir de línguas estrangeiras, como o francês no caso do século XIX e do inglês no caso do século XX.

No século XIX é utilizado então em alguns documentos o termo “*Langage des Signes*”, e muitos desses documentos foram traduzidos para as línguas nacionais como no caso das obras do Abade de L’Épée (1776), Abade Sicard (1820), Pélissier (1856), entre outras. Levantamos a hipótese de que muitas dessas traduções seriam feitas por professores que não tinham um conhecimento profundo da língua francesa, o que poderá ter dado origem a traduções imprecisas. Assim, “*Langage de Signes*” deverá ser traduzido para português como “Linguagem de Signos” e não “linguagem de sinais”, porque tal em francês seria “*Langage de Signaux*”. O mesmo se passa com o termo “*Institution*” que deu origem no português ao termo “Instituto”.

⁹ Congresso realizado em Milão onde o método oral puro de educação de surdos é imposto em toda a Europa e o uso da língua gestual proibido.

¹⁰ Composto por Método intuitivo oral puro, método materno-reflexivo, método verbotonal.

Da mesma forma, no século XX e principalmente a partir da publicação das obras de William Stokoe nos anos 60 do século XX sobre a *American Sign Language*, algumas traduções terão sido feitas como “Língua de Sinais Americana” e não “Língua de Signos Americana” como deve ser traduzida. Em inglês, os significados encontrados para o termo “*Sign*” são os seguintes: 1. *algo que dá informações, direcções, um aviso, etc.*; 2. *um movimento do corpo que dá informações ou uma instrução*; 3. *algo que mostra que outra coisa existe ou pode acontecer ou existir no futuro*; 4. *uma marca escrita ou impressa que tem um significado padrão*. No campo da semiótica e em todos os trabalhos consultados desta área quando nos debruçamos em relação ao do estudo das línguas não encontramos qualquer referência a sinal linguístico, mas encontramos em todos referências a signo linguístico. Podemos, então, refletir sobre a seguinte questão: Por que razão em Portugal se atribuiu o termo “gestual” para denominar a língua da Comunidade Surda portuguesa e não “signos”?

Tal como foi referido no final da secção anterior, os estudos sobre a língua da Comunidade Surda portuguesa surgiram na década de 70 do século XX no laboratório de fonética da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1974 o laboratório de fonética iniciou uma colaboração com a Divisão de Ensino especial da Direção Geral do Ensino Básico (DEE/DGEB) tendo como objetivo a formação no domínio da linguística de professores de educação especial, em particular de deficientes auditivos¹¹, para a elaboração de material pedagógico relativo à língua portuguesa. A partir de 1976 esta colaboração veio a beneficiar do Acordo Luso-Sueco de Cooperação Científica e Técnica (Prata 1980). Durante esta colaboração surgiram algumas reflexões sobre os insucessos do ensino oralista em Portugal e acerca de alguns meios de comunicação alternativos que existiam e que estavam a ser utilizados na educação de surdos noutros países. Surgiu então a ideia de organizar um seminário livre no laboratório de fonética com vista a estudar a teoria e as práticas gestuais que se encontravam em Portugal.

Segundo Delgado-Martins (Prata 1980) durante o ano letivo de 1978/79 realizou-se no laboratório de fonética da Universidade de Lisboa o *Curso de Especialização de Linguistas na Área da Deficiência Auditiva*¹². O estudo da então

¹¹ Denominação da época.

¹² Denominação da época.

denominada linguagem gestual¹³ foi mantido através da gravação de videocassetes. Durante o mesmo ano letivo, Isabel Prata dedicou-se a este tema exclusivamente e em 1980 publicou o dicionário *Mãos que Falam*, sendo esta a primeira publicação de cariz científico em Portugal sobre a língua da Comunidade Surda Portuguesa.

Na referida publicação de Prata (1980), os termos “gestual”, “gestualismo” e “linguagem gestual” surgem em toda a obra, não deixando transparecer qualquer ambiguidade ou hesitação no uso do termo, tal como tínhamos verificado nos autores do século XIX. No prefácio desta obra, Raquel Delgado-Martins salienta:

Com efeito, não devemos esquecer que a linguística é só uma parte da semiologia e segundo Saussure ‘La Langue est un système de signes exprimant des idées et pas comparable à l’écriture, à l’alphabet des sourds-muets, aux rites symboliques, aux formes de politesse, aux signaux militaires, etc... Elle est seulement le plus importante de ces systèmes¹⁴ (Delgado-Martins 1980, 1-2).

Existe aqui a intenção de enfatizar que “*La Langue est un système de signes*” (a língua é um sistema de signos) não sendo comparável “... *aux signaux militaires*” (aos sinais militares). Torna-se aqui evidente a distinção entre o termo “signo” e “sinais”. Assim sendo, a presente discussão deverá ser entre o uso dos termos “gesto” e “signo”, e não “gesto” e “sinal”.

Desta forma, qual terá sido a razão subjacente aos investigadores que se reuniram no laboratório de fonética da Universidade de Lisboa para terem utilizado o termo gesto e não signo para designar a língua utilizada pela Comunidade Surda, agora alvo de investigação académica? Na obra “Introdução à Linguística Geral e Portuguesa” (Faria et al.1996), Raquel Delgado-Martins esclarece a questão:

Chomsky (1967), por exemplo, para quem a linguagem era ‘uma correspondência específica som-significado’ perante os estudos realizados em língua gestual, viria a reformular a sua definição em uma correspondência específica signo-significado. Abordaremos, assim a linguagem gestual como um sistema organizado segundo as regras de uma língua, com modalidade de produção motora de mão e de corpo, e com modalidade de percepção visual. Uma das características mais importantes é a arbitrariedade do **Signo-Gestual**.” (Delgado-Martins 1996, 103).

¹³ Denominação da época.

¹⁴ A língua é um sistema de signos que expressam ideias e não é comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos e mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. (Tradução dos autores).

Consideramos ficar claro que há uma intenção por parte da autora em separar o termo “signo”, do termo “signo-gestual”, num período em que, pela primeira vez no nosso país, se tentava provar que a língua da Comunidade Surda portuguesa era uma verdadeira língua com a mesma complexidade das línguas orais, e se queria atribuir esse mesmo estatuto de língua passível de ser objeto de estudo por parte dos linguistas. O conceito “signo”, estava até então ligado às teorias produzidas para as línguas orais e havia necessidade de destacar esta nova noção de “signo-gestual”, atribuindo ao termo “gesto” o estatuto equivalente a signo linguístico. Utilizar apenas o termo “signo”, ou “língua de signos portuguesa” não apontaria para a especificidade da língua gestual já que *todas as línguas do mundo são línguas de signos* e por consequência a língua portuguesa também é uma língua de signos, o que não faria qualquer sentido para destacar a língua da Comunidade Surda portuguesa. Foi por este motivo que o termo Língua Gestual Portuguesa foi adotado.

Além da perspetiva histórica e linguística, outra perspetiva que não deve ser ignorada é a perspetiva sociocultural e legislativa do uso do termo LGP, que iremos apresentar na secção seguinte.

4. Perspetiva sociocultural e legislativa do uso do termo LGP

A Língua Gestual Portuguesa existe desde que existem Surdos portugueses. Evoluiu, naturalmente, ao longo dos séculos, mas, tal como mencionado anteriormente, e segundo o mestre da Língua Gestual Portuguesa, o professor José Bettencourt, existe desde que existem 2, 3, 4 ou 5 surdos juntos, que comunicam entre si gestualmente. (Palestra em LGP, Dia Nacional da LGP, 2005, Escola da Quinta de Marrocos, arquivo pessoal).

Apesar da opressão que os Surdos viveram durante o período do Oralismo, a sua língua natural, a sua língua gestual, sobreviveu e evoluiu no âmbito das famílias Surdas e das escolas de internato para surdos, onde, apesar de ser proibida, na sequência do Congresso de Milão atrás referido, era usada pelas crianças e jovens surdos entre si, às escondidas nos recreios e camaratas, conforme relatos de antigos alunos da Casa Pia, do Instituto da Imaculada Conceição em Lisboa, e do Instituto Araújo do Porto, entre outros, e à semelhança do que acontecia em outros países

com as crianças e jovens surdos, segundo testemunhos recolhidos por Paddy Ladd, no seu livro *Em busca da Surdidade 1 – Colonização dos Surdos* (2013)¹⁵, e como se refere na obra *A Journey into the Deaf –World* de Harlan Lane, Robert Hoffmeister e Ben Bahan (1996).

Barry sintetizou as suas experiências: Reuníamo-nos no recreio de pé, formando um círculo para que os professores não pudessem ver e gestuávamos entre nós. Para contar histórias, escondíamo-nos, ao virar das esquinas, nas casas de banho, onde calhava. (Paddy Ladd, 2013, 100)

It was this fragmentation, we think, that Olof Hanson, president of the National Association of the Deaf from 1910 to 1913, partly had in mind when he wrote that the Deaf are ‘foreigners among a people whose language they never learn’. Where is the land of the Deaf “foreigners”? It is, first of all, in the network of residential schools for the Deaf, which are the foundation of the DEAF-WORLD in the U. S., as in many other lands. For it is in the residential schools that the vast majority of DEAF-WORLD members acquire their shared language and culture. (Lane et al. 1996, 125)¹⁶

É histórica a luta dos surdos portugueses que, em 24 de setembro de 1958, se reuniram e criaram a sua primeira associação, a Associação Portuguesa de Surdos. Antes disso, encontravam nos Grupos Desportivos de Surdos, no Porto e em Lisboa, um espaço para diálogo e partilha de experiências de vida, como desafios e barreiras a vencer. Esta luta conheceu maior incremento desde que a liberdade social e a democratização do país, trazidas pelo 25 de abril de 1974, trouxe mais instrumentos aos surdos portugueses para reforçar o seu elo de união, de identidade cultural partilhada, de aprendizagem e consciencialização de que possuem uma língua própria que os distingue e valoriza. O contacto com Surdos de outros países, o crescimento do movimento associativo Surdo e o incremento dos níveis de educação no país contribuíram para a afirmação de uma consciência Surda que levou ao reconhecimento de que, como grupo, deveriam lutar pela igualdade de direitos e de oportunidades numa sociedade que também aprendia o significado de uma vida mais igualitária. Não se pode ignorar este património cultural e identitário

¹⁵ Publicação em português, pela Surd’Universo, em 2013, da primeira parte do livro de Paddy Ladd *Understanding Deaf Culture – In Search of Deafhood*, publicado originalmente em 2003.

¹⁶ “Pensamos que era esta fragmentação, que Olof Hanson, presidente da Associação Nacional de Surdos de 1910 a 1913, tinha parcialmente em mente quando escreveu que os Surdos são “estrangeiros no seio de um povo cuja língua nunca aprendem”. Onde é a terra dos Surdos “estrangeiros”? É, em primeiro lugar, na rede de escolas residenciais para Surdos, que são a base do MUNDO SURDO nos EUA, como em muitos outros países. Porque é nas escolas residenciais que a grande maioria dos membros do MUNDO SURDO adquire a sua língua e cultura comuns.” (Lane et al. 1996, 125) (Tradução do inglês pelos autores).

que vive e pulsa entre os Surdos e todos aqueles que partilham o mesmo código de união enraizado na Língua Gestual Portuguesa, no quotidiano, nas tristezas e alegrias, nas batalhas e conquistas da Comunidade Surda Portuguesa.

A 15 de novembro de 1995, uma iniciativa levada a cabo pela direção da Associação Portuguesa de Surdos presidida na altura pelo professor Helder Duarte, reuniu representantes das associações de Surdos do país, associações de pais, de professores, de intérpretes de LGP, de escolas de crianças e jovens surdos, para discutir quais as estratégias a implementar no sentido de alcançar o tão almejado reconhecimento oficial da Língua Gestual Portuguesa. Desta conjugação de esforços e deste debate nasceu a CPRPLGP - Comissão para o Reconhecimento e Proteção da Língua Gestual Portuguesa que encetou, desde logo, contactos com diferentes entidades e órgãos do poder e decisão, ao longo de quase dois anos, e que culminaram numa proposta de reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa no âmbito da Constituição da República Portuguesa (Duarte e Almeida 2003).

A luta pelo reconhecimento oficial da Língua Gestual Portuguesa durou várias décadas, desde a fundação da Associação Portuguesa de Surdos em 1958, mas ganhou força desde que, com a Revolução do 25 de Abril, em 1974, se começou a falar de liberdade, de direitos humanos e de igualdade de oportunidades para todos. O reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) na 4ª revisão constitucional, Lei 1/97 de 20 de setembro, foi uma conquista celebrada pela Comunidade Surda Portuguesa presente na Assembleia da República, no quente mês de julho de 1997, ao ser aprovada por unanimidade pelos deputados portugueses e resultou de um elo forte que uniu todos até esse momento, o da sua língua gestual.

Outras conquistas se seguiram, fruto desta dinâmica criada com o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa, no âmbito da educação bilingue e bicultural de crianças e jovens surdos, onde a primeira língua é a língua gestual portuguesa e a segunda língua a língua portuguesa (Despacho 7520/98 de 6 de maio, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro e Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho). Ainda, no âmbito das acessibilidades nos meios de comunicação, a publicação da Lei de Televisão nº 31-A/98 de 14 de julho veio garantir um maior acesso para as pessoas surdas através da legendagem de programas falados em português e da tradução e interpretação em Língua Gestual Portuguesa, num número cada vez mais crescente de noticiários e outros programas televisivos.

Por outro lado, esta dinâmica deu origem ao reconhecimento legal de profissões ligadas à LGP, como a profissão de intérprete de LGP, pela Lei 89/99 de 5 julho, da Assembleia da República, que “Define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual” e, mais recentemente, ao reconhecimento da carreira dos professores de LGP, com a definição do grupo de recrutamento 360, Decreto-Lei n.º 16/2018, de 7 de março, que “Cria o grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa e aprova as condições de acesso dos docentes da Língua Gestual Portuguesa ao concurso externo de seleção e recrutamento do pessoal docente”.

Recorda-se aqui a análise jurídica realizada por Filipe Venade Sousa sobre “O alcance jurídico do direito a utilizar a LGP” na sua obra *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas*, onde realça:

Assim, concluímos que as reivindicações legítimas das pessoas surdas estão, finalmente, reconhecidas pelo Estado. A 4ª revisão constitucional de 1997 introduziu uma norma constitucional, nos termos do art. 74º, n.º 2, alínea h). Inevitavelmente, o regime constitucional da LGP tem consequências jurídicas no que respeita ao exercício dos direitos linguísticos (e culturais), que serão abordados mais adiante. (Sousa 2014, 110)

Reforçando, a seguir, o carácter multilingue do nosso país:

Aliás, a partir de 1999, Portugal tornou-se um país multilingue, pois o Estado reconheceu outras línguas, incluindo a LGP (conjugando reconhecimento constitucional com os termos do art. 74º, n.º 2, alínea h), e o art. 21º da CDPD¹⁷ e a língua mirandesa como línguas minoritárias. Assim, as pessoas surdas têm o direito de utilizar a LGP por esta se constituir como o “primeiro elemento distintivo da identidade cultural”. (Sousa 2014, 117)

Toda a literatura Surda portuguesa registada em livros, dicionários de LGP, estudos científicos e académicos, milhares de vídeos em LGP, materiais didáticos, milhares de testemunhos até agora produzidos e divulgados em LGP, legislação sobre a LGP e inclusive sobre as profissões de professor de LGP e intérprete de LGP, assentam no elo de união da Língua Gestual Portuguesa. Propor uma terminologia diferente poderia fazer perigar todas as conquistas alcançadas ao longo dos anos pela Comunidade Surda na defesa da sua língua gestual, da sua identidade e modo de ver o mundo.

¹⁷ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Língua Gestual Portuguesa constitui património fundamental e inalienável da Comunidade Surda Portuguesa, fazendo parte da sua história, cultura e identidade. Está presente desde que os Surdos portugueses primeiramente se reuniram, fundaram as suas associações, criaram atividades desportivas, sociais e culturais, e organizaram a alfabetização de surdos adultos. Está presente desde que a Comunidade Surda Portuguesa abriu as suas portas e a sua língua gestual à sociedade e aos académicos. Consta de publicações de referência para a comunidade, desde as *Mãos que Falam* de 1980, ao *Gestuário* de 1992, ao *Gestuário Digital* de 2008, ao *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa* de 1994, aos livros *O Gesto e a Palavra I e II*, entre tantos outros. Está presente desde o Dossier da LGP¹⁸, instrumento de luta da CPRPLGP - Comissão para o Reconhecimento e Proteção da Língua Gestual Portuguesa, ao Dia Nacional da LGP, 15 de novembro, à Lei 1/97 de 20 de setembro, 4ª revisão constitucional portuguesa, no seu artigo 74º, nº 2, alínea h), e em centenas de publicações, encontros, seminários, conferências nacionais e internacionais realizadas em prol e pela defesa da língua natural dos Surdos portugueses, a Língua Gestual Portuguesa. Não se pode, nem deve, ignorar o elo de forte ligação entre os membros que compõem a Comunidade Surda Portuguesa, elo esse que Paddy Ladd tão bem designou como Deafhood, que foi traduzido em Portugal como Surdidade¹⁹. Como ele explica:

É necessário outro termo que possa criar um espaço no qual as autoconceções dos Surdos possam ser situadas e examinadas, optei por *Surdidade*. (...) Mas, assim como a história dos Surdos é enquadrada e penetrada por discursos sobre a surdez, também o enquadramento interno da Surdidade, olhando para o exterior, pode tornar visíveis esses discursos Surdos que não estão escritos e, assim, ambas abrangem e, pela primeira vez, vão para além desses enquadramentos. Ao fazê-lo, procura-se essencialmente uma *epistemologia Surda*, isto é, maneiras Surdas de estar no mundo, de conceber esse mundo e o seu lugar ali (tanto na realidade como potencialmente). Acabará por se verificar que um dos aspetos cruciais dessa epistemologia é não ser apenas definida por oposição, mas examinar e apresentar a natureza e a importância das relações entre as pessoas Surdas entre si. (Ladd 2013, 34-35)

¹⁸ Compilação de diferentes artigos e documentos sobre as línguas gestuais e a língua gestual portuguesa entregue nas reuniões que a CPRPLGP realizou com diferentes entidades públicas e órgãos políticos, desde a sua fundação em 15 de novembro de 1995. Este dossier não se encontra publicado. Continha documentos emitidos pela WFD – *World Federation of the Deaf*, Parlamento Europeu, ONU, que exortavam ao reconhecimento das línguas gestuais no mundo e ao direito das pessoas Surdas à sua língua natural, assim como alguns excertos da *Declaração de Salamanca* e do livro *Para uma Gramática da LGP*, entre outros. Continha como primeiro documento a “Declaração sobre a Língua Gestual Portuguesa (LGP)”, esta sim, publicada por Soares, José Catarino (1996).

¹⁹ Ver nota de rodapé nº 14.

Do ponto de vista sociocultural e legislativo, existe já uma longa história e um conhecimento público do que é a Língua Gestual Portuguesa. No seio da Comunidade Surda existe uma profunda e longa relação de afeto com uma língua que a define e representa, uma relação identitária e agregadora que não deve ser posta em perigo pela sugestão extemporânea de um termo desagregador de toda essa história. Língua de Sinais Portuguesa não representa esta história, nem esta luta.

Estudar um povo, a sua língua, os seus hábitos e costumes, implica o conhecimento e respeito pela história desse povo. Ao entrar na Comunidade Surda Portuguesa para a estudar e à sua língua, deve haver sempre um grande respeito pela sua identidade cultural, linguística, identitária, não se podendo, nunca, ignorar a força do elo que une as pessoas Surdas, CODAS²⁰, familiares, profissionais e amigos que usam a Língua Gestual Portuguesa desde sempre, nem impor um pensamento que não seja compatível com o viver e sentir dessa comunidade. Afinal, a língua gestual não vive nos livros, como tão bem os Surdos comprovaram durante os mais de 100 anos de colonização oralista, resultantes do famigerado Congresso de Milão em 1880, e levada a cabo por um conjunto de técnicos que desconheciam que a cultura, a língua, a identidade dos Surdos reside exclusivamente no coração, na cabeça, no corpo e nas mãos de quem as vive. A utilização da língua gestual fora da Comunidade Surda constitui um mero empréstimo que a comunidade surda faz ao mundo académico. A Língua Gestual pertence ao *Povo Surdo*²¹.

5. Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo justificar a correção do uso do termo “Língua Gestual Portuguesa” desde a década de 70 do século XX evocando bases históricas, linguísticas socioculturais e legislativas contrapondo uma recente proposta para a sua alteração para “Língua de Sinais Portuguesa” num artigo publicado por Correia (2020).

Em relação à perspetiva histórica emerge o facto de que a maioria das obras que circulavam na Europa, nos Estados Unidos da América e no Brasil no século

²⁰ CODAS – Sigla que se refere aos filhos de pais surdos. Do inglês “*Child of Deaf Adults*”.

²¹ POVO SURDO -Glosa dos gestos que representam o conceito de Povo Surdo, que engloba todos os Surdos.

XIX eram escritos em língua francesa e foram traduzidas para as línguas nacionais por professores e outras pessoas que não tradutores cujo domínio da língua emissora e da língua recetora não podemos atestar. O mesmo aconteceu com os escritos do professor sueco Pär Aron Borg que não dominava a língua portuguesa e cujos documentos que assinou na época foram traduzidos na sua maioria pelo Comendador Jacob Frederico Torlade de Azambuja (Borg 1821-1822; Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos do Palácio Conde de Mesquitela/Casa Pia de Lisboa 1821-1822; Oliveira 1821-1822). Alguns termos foram, na nossa perspetiva, erradamente traduzidos como “Signes” para “Signaes”, já que a tradução mais correta seria “Signo” ou “Signum”. Outro facto que emerge nesta perspetiva histórica, é que o termo utilizado para fazer referência à comunicação gestual não era única, sendo utilizados os termos, “idioma”, “mímica”, “signaes” e “gestos” em vários documentos originais deste período. Segundo a análise crítica destes documentos, parece ser intenção dos autores distinguirem a língua utilizada naturalmente pelos Surdos a que chamavam “mímica” dos métodos de ensino da escrita aos surdos que chamavam de “signaes methodicos”.

Ao nível da perspetiva linguística, destacamos a primeira vez em que os termos “gestual” e “gestualismo” foram utilizados em Portugal. Estes termos surgiram com as primeiras investigações sobre a Língua Gestual Portuguesa no Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pela Professora Raquel Delgado-Martins e pela sua equipa de investigadores no final dos anos 70 do século XX e que deram origem à obra “Mãos que Falam” (Prata, 1980) prefaciada pela Professora Delgado-Martins. Os termos “gestos”, “gesto” e “gestualismo” surgem em toda a obra e nunca os autores utilizaram outro termo para designar a língua que era alvo de investigação. Devemos realçar que estes estudos contaram com a parceria da Associação Portuguesa de Surdos e com a Comunidade Surda em geral e não encontramos qualquer documento que refira que nestas investigações a Comunidade Surda tenha proposto qualquer outro termo para nomear a sua língua que não fosse “Língua Gestual Portuguesa”. Em 1994, na obra “Introdução à Linguística Geral e Portuguesa” no capítulo intitulado “Linguagem Gestual Portuguesa: uma linguagem alternativa”, a Professora Raquel Delgado-Martins, na página 103, esclarece a razão do uso do termo “gestual” com base na definição de linguagem de Chomsky e na linha do pensamento de Saussure que a define como a correspondência específica signo-significado. A Professora Raquel

Delgado-Martins realça, então no mesmo capítulo, que uma das características mais importantes da língua utilizada pela Comunidade Surda portuguesa é a arbitrariedade do Signo-Gestual. Partindo do princípio de que todas as línguas são línguas de signos, independentemente de serem orais ou gestuais, e numa época em que se pretendia afirmar a língua da Comunidade Surda portuguesa como uma verdadeira língua distinta das faladas, mas igualmente complexa, não faria sentido nomeá-la língua de signos, já que a Língua Portuguesa também é uma língua de signos. Como tal adotou-se o termo “Gestual” que se refere a Signo-Gestual e não a gestos não-verbais que normalmente acompanham a linguagem falada.

Quanto à perspetiva sociocultural e legislativa, reafirmamos a importância do reconhecimento e da valorização da Língua Gestual Portuguesa como um elo fundamental e agregador dos membros da Comunidade Surda Portuguesa. Elo este representado ao longo do tempo nas suas lutas associativas, nos seus anseios e dificuldades, nas barreiras de comunicação que enfrentam, no seu percurso educativo tão atribulado, e nas conquistas alcançadas com muito labor e empenho no seu dia-a-dia e na legislação que tem sido publicada na defesa da Língua Gestual Portuguesa - LGP - dos Surdos portugueses e das profissões especificamente associadas à LGP. Sempre foi difícil fazer entender aos órgãos do poder e aos legisladores a validade de uma língua que ocorre numa modalidade visuo-espacial e que apenas começou a ser reconhecida como tal nos anos 60 do século XX. Esse trabalho foi sendo feito paulatinamente por tantos em Portugal, por pessoas Surdas, famílias, professores, profissionais da área, investigadores, que ajudaram à compreensão desta língua gestual e da importância que tem para a igualdade de oportunidades das pessoas Surdas e dos seus direitos humanos. Para onde quer que olhemos, a LGP é uma marca identitária e unificadora de uma Comunidade Surda que olha para o futuro e tem sonhos, mas que assenta num património construído ao longo do tempo.

Desta forma, tendo em conta as perspetivas apresentadas no presente artigo, o termo “Língua Gestual Portuguesa” é aquele que se nos afigura como o mais correto para nomear a língua utilizada pela Comunidade Surda portuguesa.

Referências Bibliográficas:

- Almeida, Maria José. 2003. “Para a história da formação de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.” *Integrar*, Janeiro/Abril 2003.
- Amaral, Maria Augusta, Amândio Coutinho e Maria R. Delgado Martins. 1994. *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- APECDA. Gestuário Digital – Língua Gestual Portuguesa. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. DVD. 2008.
- Bébian, Roche-Ambroise Auguste. 1825. *Mimographie ou Essai d'Écriture mimique propre à regulariser le langage des sourds-muets*. Paris: L. Colas.
- Bispo, Maria, André Couto, Maria do Céu Clara, Luís Clara. eds. 2006. *O Gesto e a Palavra I – Antologia de Textos sobre a Surdez*. Lisboa: Caminho.
- Bispo, Maria, André Couto, Maria do Céu Clara, Luís Clara. eds. 2009. *O Gesto e a Palavra 2*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Borg, Pär Aron. Vários documentos anos de 1821-1822. Caixa nº 370. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.
- Borg, Pär Aron. 1828. *Golpe de Vista sobre a Necessidade Valor e Importância de hum Estabelecimento de Educação para OS SURDOS-MUDOS E CEGOS*. Lisboa: Impressão da Viúva Neves e Filhos. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Bouilly, Jean-Nicolas. 1820. *L'Abbé de L'Épée, Comédie historique em cinq acts et em prose*. Paris: Chez J.-N. Barba, Libraire.
- Carvalho, Paulo Vaz de. 2009. *História da Educação de Surdos I*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Carvalho, Paulo Vaz de. 2010. *História da Educação de Surdos II*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Carvalho, Paulo Vaz de. 2019. *A Educação de Surdos na Casa Pia de Lisboa: Resenha Histórica*. Lisboa: Althum/ Casa Pia de Lisboa.
- Correia, Isabel Sofia Calvário. 2020. “O parâmetro movimento em Língua de Sinais portuguesa”. *DEDiCA. Revista de Educação e Humanidades*, 17, (Março): 41-56. [http:// dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.9357](http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.9357).
- Costa, António da. 1874. *No Minho*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, António da. 1879. Sem título. *O Ocidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Ano 2, Volume II, nº 33, pp. 66 e 67. 1879.

- Cunha, José Crispim da. 1835. *História do Instituto dos Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa, desde a sua Fundação à sua incorporação na Casa Pia de Lisboa*. Lisboa: Tip. de Filipe Nery.
- de Chaves, Teresa Labarta, e Jorge L. Soler. 1974. PEDRO PONCE DE LEÓN, FIRST TEACHER OF THE DEAF. *Sign Language Studies*, no. 5: 48–63. <http://www.jstor.org/stable/26203102>
- Delgado-Martins, Maria Raquel. 1996. “Linguagem gestual: uma linguagem alternativa.” In *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Isabel Hubb Faria et al, eds, 103-112. Lisboa: Editorial Caminho.
- Desloges, Pierre. 1779. *Observations d’un Sourd-Muet sur Un Cours Élémentaire D’Éducation des Sourds et Muets Publié en 1779 par M. l’Abbé Deschamps Chapelain de l’Église d’Orléans*. Paris: Chez B. Morin, Imprimeur-Libraire. Bibliothèque Nationale de France.
- Duarte, Helder e Maria José Almeida. “Recognizing and protecting Sign Language in the Constitution”. *WFD News*, Vol. 16, no. July 2, 2003.
- Erikson, Per. 1993. *Dövas Historia*. Örebro: SIH Läromedel.
- Fusillier, Anicet. 1893. “Esboço histórico do ensino dos surdos-mudos em Portugal. Estudo apresentado ao Congresso pedagógico hispano-português-americano realizado em Madrid em Outubro de 1892. P.º Pedro Maria de Aguilar”. *Instrução e Educação dos Surdos-Mudos*. Lisboa: Empresa de Lucas Evangelista Torres e Biblioteca Nacional de Portugal.
- Fusillier, Anicet. 1895. “Conferência Teórico-Prática realizada a 13 de Fevereiro de 1895 por Anicet Fusillier Director do Instituto de Surdos – Mudos, Benfca”. Instituto 19 de Setembro. Lisboa: Tip. – Rua Formosa e Biblioteca Nacional de Portugal.
- Kendon, Adam. 2017. Reflections on the “gesture-first” hypothesis of language origins. *Psychon Bull Rev* (24): 163–170. <https://doi.org/10.3758/s13423-016-1117-3>
- Lane, Harlan, Robert. Hoffmeister e Ben Bahan. 1996. *A Journey into the DEAF-WORLD*. San Diego: Dawn Sign Press.
- Ladd, Paddy. 2003. *Understanding Deaf Culture: In: Search of Deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.
- L’Épée, Charles Michel de. 1776. *Institution des Sourds et Muets, par la voie des Signes Méthodiques, Ouvrage qui contient le Projet d’une Langue*

Universelle, par l'entremise des Signes naturels assujettis à une Méthode. Avec Approbation & Privilège du Roi. Paris: Chez Nyon l'aîné, Libraire.

L'Épée, Charles Michel de. 1820. *L'Art d'Enseigner à Parler Aux Sourds-Muets de Naissance, Par M. l'Abbé de l'Épée, augmenté de notes explicatives et d'un avant-propos, Par M. l'Abbé Sicard, M. Bébien.* Paris: Imprimerie de J. G. Dentu.

L'Épée, Charles Michel de. 1784. *La Véritable Manier d'Instruire Les Sourds et Muets, Confirmée par une Longue Expérience, Avec Approbation & Privilège du Roi.* Paris: Chez Nyon l'aîné, Libraire.

Lourenço, Albertina Jesus. 1956. "Breve Resumo Histórico da Educação de Surdos em Portugal". *Revista A Criança Surda*, No 3, 76-102.

Oliveira, António Joaquim Gomes de. Estrato dos Ofícios do Encarregado de Negócios em Estocolmo. 3ª Repartição, 15 de Outubro 1821-1822. Caixa nº 370. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.

Prata, Isabel. 1980. *Mãos que Falam.* Lisboa: Laboratório de Fonética da Universidade de Lisboa e Divisão do Ensino Especial da Direção Geral do Ensino Básico do Ministério da Educação.

Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos do Palácio Conde de Mesquitela/ Casa Pia de Lisboa. Vários documentos anos de 1821-1822. Caixa nº 370. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.

Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos do Palácio Conde de Mesquitela/ Casa Pia de Lisboa. Tradução da Nota do secretário de Borg acerca da Instituição dos Cegos de nascença e surdos e mudos. Manhém, 1º de Setembro de 1822. Caixa nº 370. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.

Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. 1992. *Gestuário da Língua Gestual Portuguesa.* Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Santos, Ary dos. 1913. "O Ensino dos Surdos-Mudos em Portugal". Comunicação feita à Sociedade de Estudos Pedagógicos. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa.

Soares, José Catarino. 1996. "Declaração sobre a Língua Gestual Portuguesa" *Multicultural*, Ano IV, No. 7, 20-22.

Sousa, Filipe Venade. 2014. *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas.* Coimbra: Almedina.

Stokoe, William. 1960 [1978] "Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. Studies in Linguistics". *Occasional papers*, No. 8. Dept. of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo. 2d ed., Silver Spring: Md: Linstok Press.

Article received on 17/03/2023 and accepted on 07/10/2023.

Creative Commons Attribution License | This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC BY). The use, distribution or reproduction in other forums is permitted, provided the original author(s) and the copyright owner(s) are credited and that the original publication in this journal is cited, in accordance with accepted academic practice. No use, distribution or reproduction is permitted which does not comply with these terms.